



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
COMISSÃO EXECUTIVA DO VESTIBULAR

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**
Edital Nº01/2013 - CGE/SEPLAG

**PROVAS DE CONHECIMENTOS GERAIS E
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE
AUDITORIA EM OBRAS PÚBLICAS**

Duração da Prova: 4 horas e 30 minutos
Início: 9h00min - Término: 13h30min

Após receber o seu **cartão-resposta**, copie nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra com **letra de forma**, a seguinte frase:

O real conhecimento é obra do tempo.

ATENÇÃO!

Marque no local apropriado do seu CARTÃO-RESPOSTA o número 2 que o número do gabarito deste caderno de provas e que também se encontra no rodapé de cada página.

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROVA ENCONTRAM-SE NA FOLHA DE INSTRUÇÕES QUE VOCÊ RECEBEU AO INGRESSAR NA SALA DE PROVA.

PROVA 1

CONHECIMENTOS GERAIS

- Esta Prova, comum a todas as áreas de conhecimentos deste Certame, é composta de 60 (sessenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas, assim distribuídas:
 - Língua Portuguesa** (15 questões: **01-15**);
 - Conhecimento Lógico, Quantitativo e Analítico** (05 questões: **16-20**);
 - Direito Constitucional** (05 questões: **21-25**);
 - Direito Administrativo** (05 questões: **26-30**);
 - Administração e Políticas Públicas** (05 questões: **31-35**);
 - Direito Financeiro** (05 questões: **36-40**);
 - Auditoria Governamental de Processos com Foco em Riscos** (10 questões: **41-50**);
 - Administração Financeira e Orçamentária** (10 questões: **51-60**).

PROVA 2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE AUDITORIA EM OBRAS PÚBLICAS

- Esta Prova, específica da área de Auditoria em Obras Públicas, é composta de 40 (quarenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas, assim distribuídas:
 - Obras de Edificações e Especiais** (10 questões: **61-70**);
 - Obras Rodoviárias** (10 questões: **71-80**);
 - Obras Hídricas** (10 questões: **81-90**);
 - Engenharia Ambiental, Legal, de Avaliações e Planejamento** (10 questões: **91-100**).

ATENÇÃO!

- Verifique se o seu caderno de provas está completo e legível. Caso observe qualquer imperfeição, comunique, **IMEDIATAMENTE**, ao fiscal de sala.
- **O CARTÃO-RESPOSTA que não contiver a marcação do número do gabarito NÃO SERÁ CORRIGIDO e o candidato será eliminado deste Concurso.**

PROVA 1

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto – Por que compramos por impulso

01 Quem não adora fazer uma comprinha
02 para quebrar a rotina e se sentir mais feliz?
03 Consumir é um ato de prazer. Porém muitos
04 pagam um alto preço pelo consumo por
05 impulso. Não raro, guarda-roupas estocam
06 roupas e sapatos sem uso, estantes acumulam
07 livros não lidos e filmes não assistidos e
08 alimentos com data de validade vencida. Férias,
09 eletrônicos, automóveis e outros itens de
10 padrão superior ao que cabe no bolso das
11 famílias as fazem acumular dívidas. **São**
12 **exemplos de dinheiro desperdiçado que**
13 **diminuem o poder de compra.**

14 É possível driblar essa impulsividade se
15 você estiver consciente sobre os dois principais
16 motivos que nos levam a perder o controle: o
17 represamento de vontade e a falta de objetivos
18 claros.

19 O represamento de vontade ocorre
20 **quando alguém** não prioriza, em seu
21 orçamento, dinheiro para itens importantes em
22 **sua** qualidade de vida e realização pessoal,
23 **como** estar na moda ou sair com amigos. Sem
24 estabelecer prioridade, destina-se uma verba
25 maior para itens menos recompensadores,
26 **como** a moradia, o carro e a escola das
27 crianças. Adota-se um estilo de vida que limita
28 a aquisição **do** que traria prazer.

29 A vontade vai ficando represada,
30 incentivando **nosso cérebro** a defender-se da
31 escassez. Depois de certo tempo, qualquer
32 oportunidade de consumo se torna uma escolha
33 impulsiva. É nosso cérebro pedindo para tirar o
34 atraso e também para adiantar o consumo,
35 como forma de se prevenir contra a falta. A
36 solução? **Ir mais vezes às compras, destinar**
37 **recursos ao consumo regular do que é**
38 **importante e diminuir a verba para outros**
39 **itens.**

40 Ter objetivos é **outra forma** de conter
41 a impulsividade. Por não tirar um tempo para
42 organizar **suas** vidas e fazer planos, **muitos** se
43 frustram e não entendem exatamente por **quê**.
44 Para quem não consegue obter realização
45 cotidiana por outros meios, o prazer das
46 compras é uma válvula de escape.

47 **Quanto menos felizes com a vida,**
48 **mais carentes e propensos a ceder aos**
49 **estímulos de marketing ficaremos.** Quando
50 uma mulher sai de uma loja com cinco pares de
51 sapatos, pode ser que a necessidade não sejam
52 os sapatos, mas o prazer de se ver bela, bem

53 atendida e cuidando de si. Não precisava de
54 sapatos, mas sim da compra. Se tivesse algum
55 grande motivo para dizer não a um instante de
56 prazer, provavelmente agiria menos por
57 impulso. Quem está poupando para as férias
58 dos sonhos terá o mesmo apetite diante de
59 uma vitrine? Provavelmente, não.

60 Antes de culpar seu parceiro ou seus
61 filhos pela propensão a comprar supérfluos, que
62 tal conversarem sobre sonhos? Façam planos,
63 corram atrás deles. **Curtam mais a vida**, para
64 que o prazer das compras **fique** pequeno
65 diante do resto.

(*Época*. 29 out. 2012. N. 754, p. 116)

01. O texto tem a seguinte estrutura:

- A) apresentação de um ponto de vista e utilização de dois argumentos principais.
- B) introdução do assunto e utilização de seis argumentos principais.
- C) introdução do assunto e utilização de oito argumentos principais.
- D) apresentação de um ponto de vista e utilização de seis argumentos principais.

02. Na passagem "**São exemplos de dinheiro desperdiçado que diminuem o poder de compra**", linhas 11-13, o elemento de coesão "**que**" está empregado como

- A) conjunção coordenativa.
- B) conjunção integrante.
- C) pronome relativo.
- D) pronome indefinido.

03. Funciona como elemento de coesão entre parágrafos a expressão

- A) "**quando**", linha 20.
- B) "**outra forma**", linha 40.
- C) "**nosso cérebro**", linha 30.
- D) "**mais**", linha 48.

04. Sobre os termos "**como**", linha 23, e "**como**", linha 26, é correto afirmar-se que

- A) o primeiro revela ideia de comparação, e o segundo revela ideia de exemplificação.
- B) ambos revelam ideia de comparação.
- C) o primeiro revela ideia de exemplificação, e o segundo revela ideia de comparação.
- D) ambos revelam ideia de exemplificação.

05. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O pronome "**sua**", linha 22, se refere ao termo "**alguém**", linha 20.
- II. O pronome "**suas**", linha 42, se refere ao termo "**muitos**", linha 42.

É correto afirmar-se que

- A) I e II são verdadeiras.
- B) I e II são falsas.
- C) somente I é verdadeira.
- D) somente II é verdadeira.

06. A expressão "**do**", linha 28, corresponde ao sentido de

- A) de alguém.
- B) dela.
- C) dele.
- D) daquilo.

07. Na passagem "**Ir mais vezes às compras, destinar recursos ao consumo regular do que é importante e diminuir a verba para outros itens**", linhas 36-39, há relações oracionais

- A) somente por coordenação.
- B) somente por subordinação, com a presença de elemento de coesão.
- C) por coordenação e por subordinação.
- D) somente por subordinação, sem a presença de elemento de coesão.

08. O "**quê**" da linha 43 está acentuado,

- A) porque introduz uma pergunta.
- B) por tratar-se de um pronome relativo.
- C) por tratar-se de um monossílabo tônico.
- D) porque está no final da frase.

09. A passagem "**Quanto menos felizes com a vida, mais carentes e propensos a ceder aos estímulos de marketing ficaremos**", linhas 47-49, estabelece relação de

- A) concessão.
- B) condição.
- C) proporção.
- D) finalidade.

10. O verbo da frase "**Curtam mais a vida**", linha 63, na segunda pessoa do singular, no mesmo modo imperativo, fica

- A) curta mais a vida.
- B) curte mais a vida.
- C) curtas mais a vida.
- D) curtes mais a vida.

11. A forma verbal "**fique**", linha 64, está empregada no

- A) presente do subjuntivo.
- B) presente do indicativo.
- C) imperativo afirmativo.
- D) futuro de presente.

12. Estão grafadas corretamente as palavras destacadas das frases em

- A) Vamos **adivinhar** tudo. – Chegaremos a um **consenso**.
- B) Não vamos **hesitar** na hora das compras. – A criança está com **teimosice**.
- C) O consumidor quer **extravazar**. – As notícias não irão **vazar**.
- D) Não vamos agir com **rijidez**. – Não vamos agir com **rigeza**.

13. O sinal indicativo de crase está corretamente empregado nas duas ocorrências da frase

- A) A mãe, **à** qual o marido aludiu, foi **àquela** reunião.
- B) O consumo pertence **à** ela e **àquelas** suas amigas.
- C) O filho se refere **à** mães dedicadas e **à** outra avó.
- D) A filha, **à** qual o pai encontrou na loja, saiu **à** cantar.

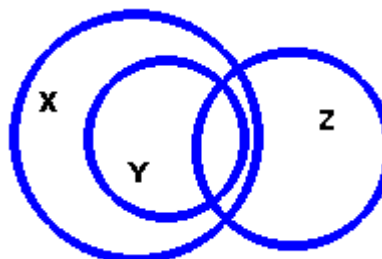
14. Está certa a concordância verbal na frase

- A) Tratam-se dos detalhes da alta dos preços.
- B) No relógio da cozinha, bateram uma hora e cinquenta minutos.
- C) Verificaram-se que os preços foram tabelados.
- D) Examinaram-se todos os detalhes da alta dos preços.

15. A colocação do pronome átomo está correta na frase

- A) Esperamos que preparem-se os consumidores.
- B) Os consumidores haviam preparado-se para a alta dos preços.
- C) Os consumidores conheceram o lugar onde se prepararão.
- D) Prepararemos-nos para a alta dos preços.

18. Após a análise do resultado de uma pesquisa sobre a preferência dos leitores com relação aos jornais X, Y e Z, construiu-se o diagrama da figura a seguir, em que cada circunferência representa o jornal indicado e seu interior corresponde às pessoas que leem o referido jornal.

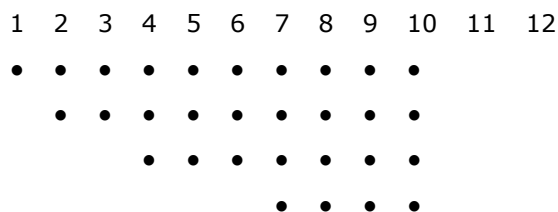


Do diagrama é possível concluir corretamente que

- A) algumas pessoas leem os três jornais.
- B) quem lê o jornal X também lê o jornal Y.
- C) algumas pessoas entrevistadas não leem jornal.
- D) todos os entrevistados leem os três jornais.

**CONHECIMENTO LÓGICO,
 QUANTITATIVO E ANALÍTICO**

16. Na figura a seguir, as bolinhas pretas foram colocadas nas colunas seguindo certo padrão: na coluna 1, foi colocada uma bolinha; nas colunas 2 e 3, foram colocadas duas bolinhas em cada; nas colunas 4, 5 e 6, foram colocadas três bolinhas em cada; nas colunas 7, 8, 9 e 10, foram colocadas quatro bolinhas em cada.



Seguindo o padrão acima descrito, quando forem colocadas as bolinhas das colunas 11 e 12, teremos na figura um total de quantas bolinhas?

- A) 45.
- B) 35.
- C) 38.
- D) 40.

17. A negação de “Se João come massa, então ele toma vinho” é

- A) João come massa e não toma vinho.
- B) João não come massa e toma vinho.
- C) João não come massa e não toma vinho.
- D) João come massa e toma vinho.

19. Na figura abaixo, temos oito cartelas coladas duas a duas. Com os algarismos 0, 1, 2, 2, 3, 3, 7, 8 e 9, é possível preencher as cartelas, formando uma sequência de quatro dezenas consecutivas e sobrando apenas um dos algarismos.



O algarismo não utilizado será o

- A) 7.
- B) 0.
- C) 9.
- D) 3.

20. Os três pontos O, P e Q são marcados sobre uma folha de papel, de tal forma que OP e OQ medem, respectivamente, 3 cm e 4 cm. Nestas condições, a maior e a menor distância possíveis entre P e Q são, respectivamente,

- A) 5 cm e 1 cm.
- B) 7 cm e 1 cm.
- C) 5 cm e 2 cm.
- D) 7 cm e 2 cm.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. A respeito das responsabilidades do Presidente da República, marque a afirmação correta.

- A) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão, salvo no caso de crime inafiançável e em flagrante delito.
- B) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- C) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados, mediante prévia admissão da acusação pelo Senado Federal.
- D) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a legislação tributária, previdenciária e financeira.

22. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito. Considerando as competências e as relações entre os entes da federação assim constituída, marque a afirmação verdadeira.

- A) No âmbito estadual, há manifestação do poder constituinte derivado decorrente para edição da respectiva Constituição, que regerá o Estado-membro juntamente com as leis que adotar.
- B) Os Municípios regem-se por Lei Orgânica, votada em turno único na respectiva Câmara Municipal, que possui natureza de lei complementar à Constituição Estadual.
- C) A União Federal possui competência residual para disciplinar matéria que a Constituição Federal não tenha atribuído expressamente aos Estados-membros ou aos Municípios.
- D) A competência concorrente de que desfrutam União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios autoriza aos entes periféricos exercerem competência plena diante da omissão federal.

23. Sobre as normas constitucionais, é correto afirmar-se que

- A) as conhecidas como de eficácia contida caracterizam-se por terem condições de produzir efeitos imediatos, podendo, porém, lei posterior reduzir sua abrangência.
- B) as que disciplinam os direitos fundamentais podem ser de eficácia plena ou limitada, jamais contida.
- C) as de eficácia limitada dependem de regulamentação por lei, não podendo, até a superveniência desta, irradiar qualquer efeito, ainda que na qualidade de vetor hermenêutico para interpretação de outras normas.
- D) as de princípios programáticos são espécie de normas de eficácia limitada que traçam esquemas gerais de órgãos, instituições e entidades.

24. As comissões parlamentares de inquérito

- A) são constituídas por requerimento de 1/3 dos membros da respectiva Casa, desde que aprovada por maioria simples do plenário.
- B) apuram fato determinado por prazo certo, que poderá ser prorrogado, respeitado o limite da legislatura.
- C) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo operar a quebra de sigilo de dados bancários e realizar interceptações telefônicas.
- D) terão suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Poder Judiciário, por sua instância competente, para que promova a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

25. No processo legislativo de elaboração de normas,

- A) o veto pode ser expresso ou tácito, enquanto a sanção será sempre expressa e fundamentada.
- B) são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo as leis que disponham sobre matéria tributária.
- C) o vício de iniciativa, no tocante à matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, pode ser convalidado pela sanção.
- D) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, podem propor emenda à Constituição Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Acerca dos agentes públicos, assinale a afirmação correta.

- A) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado os casos expressamente previstos em lei em atenção à relevância do cargo respectivo.
- B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, sendo naturalizados e estrangeiros dependentes de expressa permissão na lei de regência do cargo.
- C) Os empregados públicos, por não ocuparem cargo efetivo e se submeterem ao regime celetista em que não há estabilidade, não necessitam, na contratação, de aprovação em concurso público.
- D) Os cargos em comissão estão reservados a atribuições de direção, chefia e assessoramento, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

27. No que concerne à organização da administração pública, assinale a afirmação correta.

- A) A desconcentração administrativa caracteriza-se pela distribuição de competências para entidades da administração indireta, por outorga ou delegação.
- B) As sociedades de economia mista distinguem-se das empresas públicas porque estas se organizam, necessariamente, sob a forma de sociedade anônima, com o capital inteiramente público, embora ambas exerçam atividade econômica.
- C) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- D) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria, por concentrarem feixes de competência necessários para o funcionamento da Administração Pública, exercidos pelo regime integralmente de direito público.

28. É uma hipótese em que se verifica a inexigibilidade de licitação, segundo as prescrições da Lei 8.666/93, a contratação

- A) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- B) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- C) realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- D) voltada às compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

29. No que diz respeito a contratos administrativos, assinale a afirmação correta.

- A) Diferenciam-se dos contratos de direito privado por terem forma livre, desde que a forma adotada permita a identificação das obrigações pertinentes a cada uma das partes envolvidas.
- B) Como de todo e qualquer contrato, observam a cláusula *rebus sic stantibus*, segundo a qual as obrigações devem ser cumpridas na estrita forma que foram pactuadas inicialmente.
- C) O contrato administrativo caracteriza-se, dentre outros fatores, pela existência de cláusulas exorbitantes, como a possibilidade de revogação unilateral pela Administração, fiscalização e aplicação de penalidades.
- D) É cláusula exorbitante e implícita de todo contrato administrativo a exceção de contrato não cumprido, segundo a qual o poder público não poderá exigir a prestação do particular se não tiver adimplido a sua própria obrigação.

30. O ato administrativo praticado pela Administração Pública

- A) equivale ao ato da administração, porquanto ambos estão sujeitos ao regime jurídico administrativo, caracterizado por regras e princípios de direito público.
- B) que padece de vício de finalidade poderá ser convalidado mediante saneamento praticado pelo particular interessado no respectivo ato.
- C) desfruta de presunção de legitimidade, fazendo, por esse motivo, surgir unilateralmente obrigações para os particulares, independentemente de sua vontade.
- D) pode ser extinto por contraposição, que ocorre com a expedição de um ato administrativo posterior, fundado em competência diversa, cujos efeitos lhes são contrários.

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

31. Considere a seguinte afirmação: “O acesso à informação pública é a regra, e o sigilo, a exceção”. Este princípio é regulado pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que proporciona ao governo brasileiro um importante passo na trajetória da transparência pública. Com relação a essa lei, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () São estabelecidos prazos para que sejam repassadas as informações ao solicitante, pois a resposta deve ser dada imediatamente, se estiver disponível, ou em até 25 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- () O serviço de busca e fornecimento das informações é gratuito, salvo cópias de documentos.
- () Nos casos em que a informação estiver sob algum tipo de sigilo previsto em lei, é direito do requerente obter o inteiro teor da negativa de acesso.
- () Quando a informação for parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso, por meio de certidão, extrato ou cópia, com a ocultação da parte sob sigilo.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) F, V, V, V.
- B) V, F, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, F.

32. A Lei Federal nº 12.527/2011 prevê exceções à regra de acesso para dados pessoais e informações classificadas por autoridades como sigilosas. No que tange às novas regras referentes à classificação da informação, são feitas as seguintes afirmações:

- I. A informação classificada como ultrassecreta tem um prazo de segredo de 25 anos, sendo renovável por mais duas vezes.
- II. A informação classificada como secreta tem um prazo de segredo de 15 anos.
- III. A informação classificada como secreta tem um prazo de segredo de 10 anos.

É correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) III.
- C) I.
- D) I e II.

33. Considere a seguinte afirmação: A Lei nº 4.320/64 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante controles externo e interno, respectivamente. Sobre Controle Externo e Controle Interno, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () O controle externo é assim definido por ser exercido pelo próprio ente, Poder, administrando a aplicação de recursos sob sua responsabilidade.
- () O controle interno, dentre outras finalidades, apoia o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- () No controle interno sua fiscalização será realizada previamente, concomitantemente e subsequentemente à expedição dos atos administrativos.
- () O objetivo geral dos controles internos administrativos é evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades dentro da administração pública.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) F, V, F, F.
- B) F, F, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) F, V, V, V.

34. É função do Orçamento Público

- A) orientar a elaboração dos planos plurianuais.
- B) estimar as receitas e fixar as despesas para o exercício, compreendendo o orçamento fiscal, da seguridade social e o de investimentos.
- C) orientar a elaboração das diretrizes orçamentárias.
- D) elaborar os programas e ações governamentais.

35. Com relação ao Planejamento da Administração Pública, correlacione os itens da coluna I aos listados na coluna II, numerando corretamente a coluna II de acordo com a I.

COLUNA I		COLUNA II
1. Instrumentos de Planejamento	()	Programas do governo
2. Plano Plurianual	()	Fiscal, Investimentos e Seguridade Social
3. Orçamento Público	()	Critérios para a política de pessoal
4. Lei de Diretrizes Orçamentárias	()	Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 1, 2, 3, 4.
- B) 2, 4, 3, 1.
- C) 2, 3, 4, 1.
- D) 2, 3, 1, 4.

DIREITO FINANCEIRO

36. A Lei nº 4.320/64 classifica como despesa de custeio as relacionadas a:

- A) serviços de terceiros, encargos diversos e obras públicas.
- B) material de consumo, pensionistas e material permanente.
- C) pessoal civil, pessoal militar e material de consumo.
- D) pessoal civil, subvenções econômicas e equipamentos e instalações.

37. Acerca dos princípios orçamentários, assinale a afirmação correta.

- A) Pelo princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem, necessariamente, constar no orçamento anual, com exceção de tributos que venham a ser validamente criados e cobrados durante o exercício financeiro.
- B) O princípio da legalidade impõe que todas as despesas públicas tenham previsão nas respectivas leis orçamentárias, que têm natureza de lei complementar.
- C) O princípio da anualidade determina que as receitas públicas somente poderão ser exigidas após um ano da edição na lei orçamentária anual, o mesmo se dando com as despesas, que só poderão ser executadas após esse prazo.
- D) Pelo princípio da não-afetação, as receitas públicas de tributos, seja qual for sua espécie, não podem ser vinculadas a uma despesa específica, órgão ou fundo.

38. Segundo as disposições da Constituição Federal acerca da atividade financeira do Estado,

- A) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual são votados pelo poder legislativo como leis ordinárias, não necessitando da sanção do Chefe do Executivo, em todos os níveis federativos, tanto federal quanto estadual e municipal.
- B) os poderes legislativo, executivo e judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos.
- C) a lei que instituir as diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- D) o plano plurianual, entre outras matérias, compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

39. As receitas públicas

- A) por mutações patrimoniais são as que contribuem para o aumento do saldo patrimonial, inserindo-se no conceito de fatos contábeis modificativos aumentativos, como é exemplo o recebimento de transferência de capital.
- B) de capital são as receitas de impostos, contribuições, taxas, patrimoniais, de origem industrial ou agropecuária, de serviços e outras, bem como as que provierem de recursos financeiros recebidos de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, quando destinadas a atender despesas diversas.
- C) correntes são as provenientes da realização de recursos financeiros decorrentes de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direito, de recursos recebidos de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, voltadas a despesas exclusivas.
- D) extraorçamentárias compreendem os ingressos financeiros ou créditos de terceiros que não integram o orçamento público e que constituirão compromissos exigíveis do ente como simples depositário ou como agente passivo da obrigação, cujo pagamento independe de autorização legislativa.

40. Acerca dos tribunais de contas, marque a opção correta.

- A) É vedada a criação de tribunal de contas municipais, enquanto órgão da estrutura local, sendo ressalvados os já existentes por ocasião da edição de Constituição Federal de 1988.
- B) Integram o Poder Judiciário da União ou dos Estados-membros, conforme for o caso, tendo suas decisões força executiva a ser realizada por processo na instância que a expediu.
- C) Em atenção ao princípio da autonomia federativa, não pode o Tribunal de Contas da União realizar fiscalizações sobre despesas públicas estaduais ou municipais, ainda que envolvam verbas federais.
- D) Os tribunais de contas dos Estados-membros exercem o controle sobre a atividade financeira do respectivo Estado-membro e dos Municípios existentes em seu território, sendo proibida a criação de tribunal de contas, como órgão estadual, específico para os Municípios.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS

41. A auditoria que consiste em avaliar as ações gerenciais das unidades da administração pública, programas, projetos e atividades, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, da eficácia e da economicidade denomina-se auditoria

- A) patrimonial.
- B) contábil.
- C) operacional.
- D) conformidade.

42. Assinale a opção que **NÃO** corresponde a um objetivo do controle interno, de acordo com o COSO.

- A) Conformidade com as normas e legislação.
- B) Julgamento das prestações de contas dos gestores públicos.
- C) Eficácia, eficiência e economicidade das operações.
- D) Tempestividade, veracidade e fidedignidade das demonstrações contábeis.

43. A forma de execução da auditoria está relacionada com quem está executando os trabalhos e não com o órgão ou entidade onde a auditoria está sendo realizada. Assim, as auditorias executadas de forma direta subdividem-se em centralizada, descentralizada e

- A) integrada.
- B) compartilhada.
- C) simplificada.
- D) terceirizada.

44. Com o objetivo de estruturar um controle eficaz sobre os riscos potenciais, quanto ao momento, as ações de controle são divididas em

- A) fiscalizadora, detectiva, e corretiva.
- B) corretiva, fiscalizadora e punitiva.
- C) detectiva, concomitante e punitiva.
- D) a priori, concomitante e a posteriori.

45. O risco de perda resultante da inobservância de dispositivos legais ou regulamentos, da mudança da legislação ou de alterações na jurisprudência aplicáveis às transações da instituição denomina-se risco

- A) creditício.
- B) operacional.
- C) de conformidade.
- D) de auditoria.

46. Um dos objetivos gerais das normas de auditoria governamental é

- A) orientar os dirigentes públicos quanto aos princípios e às normas de controle interno.
- B) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações governamentais.
- C) uniformizar os processos de controle externo.
- D) servir de base para a avaliação dos trabalhos de auditoria interna.

47. As informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões em que se baseia a sua opinião denominam-se

- A) evidências.
- B) eventos.
- C) premissas.
- D) suficiência.

48. A entidade, sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos resultados e relatórios financeiros, por meio da ética, da efetividade dos controles internos e da governança corporativa é denominada

- A) Committee of Sponsoring Organizations – COSO.
- B) Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI.
- C) Enterprise Risk Management – ERM.
- D) Organização Latino-Americana de Entidades Fiscalizadoras Superiores – OLACEFS.

49. Divide-se o controle interno em

- A) contábil e administrativo.
- B) administrativo e fiscal.
- C) financeiro e contábil.
- D) operacional e patrimonial.

50. A Declaração de Lima é um documento emitido pela INTOSAI, que tem por finalidade

- A) dar um direcionamento técnico para todas as Entidades de Fiscalização Superior, a fim de que os procedimentos utilizados na execução de auditorias respeitem uma homogeneidade em nível internacional.
- B) criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos do Poder Público.
- C) orientar subsidiariamente os dirigentes das entidades públicas quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas.
- D) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações governamentais, bem como a adequação dos mecanismos de controle social.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

51. O empenho é o instrumento de que se serve a Administração Pública para controlar a execução do orçamento. É através dele que o Poder Legislativo se certifica de que os créditos concedidos ao Executivo estão sendo obedecidos. Sobre o tema, a Lei Federal nº 4.320/64 diz que

- A) em casos de despesas contratuais, sujeitas a parcelamento, o empenho deverá ser global.
- B) é vedada a realização de despesa sem prévio empenho, ressalvados os casos previstos em lei.
- C) em casos especiais, previstos na legislação específica será dispensado o empenho da despesa.
- D) as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, serão inscritas em restos a pagar, distinguindo-se os liquidados dos não liquidados.

52. Por determinação constitucional, o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, o

- A) demonstrativo de metas e riscos fiscais.
- B) demonstrativo regionalizado de receitas e despesas.
- C) relatório resumido da execução orçamentária.
- D) relatório de gestão fiscal.

53. No Brasil, durante a Primeira República, a lei de orçamento continha matérias estranhas, rotuladas de “caudas orçamentárias”, o que levou Rui Barbosa a chamar esses orçamentos de “rabilongos”. O princípio orçamentário que surgiu com o objetivo de impedir que as leis orçamentárias fossem utilizadas como meio de aprovação de matérias que nada tinham que ver com questões financeiras foi o Princípio da

- A) Discriminação.
- B) Exclusividade.
- C) Especialização.
- D) Universalidade.

54. A evolução conceitual do orçamento público demonstra a existência das seguintes fases:

- A) orçamento de desempenho e orçamento por realizações.
- B) orçamento econômico e orçamento fiscal.
- C) orçamento tradicional e orçamento moderno.
- D) orçamento-programa e orçamento-programático.

55. Segundo a Constituição Federal, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **NÃO** se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos

- A) adicionais e contratação de operações de crédito, mesmo que por antecipação de receita.
- B) suplementares e contratação de operações de crédito, mesmo que por antecipação de receita.
- C) especiais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- D) suplementares e especiais, bem como a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

56. Os instrumentos de planejamento orçamentário, previstos no texto constitucional, que têm a função de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional são

- A) o orçamento fiscal e o de investimento das empresas estatais.
- B) o orçamento anual e a lei de diretrizes orçamentárias.
- C) o orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimento das estatais.
- D) o orçamento-programa e o plano plurianual.

57. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação de crédito por antecipação de receita

- A) estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- B) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil do exercício financeiro em que for realizada.
- C) não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, facultativamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira.
- D) só pode ser realizada a partir do segundo ano de mandato e não poderá ser realizada no último ano de mandato do Presidente, do Governador ou do Prefeito Municipal.

58. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, previstos na Lei Complementar nº 101/2000:

- A) os planos, os programas governamentais, os orçamentos tradicionais, as leis de diretrizes orçamentárias, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.
- B) as leis orçamentárias, os relatórios fiscais e os quadros de Recursos e de Aplicação de Capital previstos na Lei 4.320/64.
- C) as leis orçamentárias, os relatórios fiscais e os orçamentos plurianuais de investimentos previstos na Lei 4.320/64.
- D) as leis orçamentárias, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e as prestações de contas, com os respectivos pareceres prévios, emitidos pelo Tribunal de Contas competente.

59. O instrumento de planejamento orçamentário que deverá dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como sobre os critérios e a forma de limitação de empenho é o (a)

- A) Plano Plurianual.
- B) Lei Orçamentária Anual.
- C) Orçamento-programa.
- D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.

60. Em sua obra, “Teoria das Finanças Públicas”, Richard Musgrave propôs uma classificação das funções econômicas do Estado, que se tornaram clássicas no gênero. A função econômica que **NÃO** está inserida na classificação proposta pelo autor é a função

- A) alocativa.
- B) distributiva.
- C) fiscalizadora.
- D) estabilizadora.

PROVA 2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

OBRAS DE EDIFICAÇÕES E ESPECIAIS

61. As principais propriedades desejáveis no concreto fresco são aquelas que asseguram um material fácil de transportar, lançar e adensar, sem segregação. As propriedades do concreto fresco que atendem a esses requisitos são:

- A) flambabilidade, plasticidade, durabilidade e trabalhabilidade.
- B) consistência, plasticidade, poder de retenção de água e trabalhabilidade.
- C) plasticidade, durabilidade, poder de retenção de água e resistência mecânica.
- D) adensabilidade, durabilidade, resistência mecânica e segregabilidade.

62. Com relação ao cálculo do quantitativo de serviços para o pagamento do carpinteiro, são feitos os levantamentos por m² de formas executadas, considerando-se

- A) para pilares, a área dos quatro lados.
- B) para vigas, duas vezes a área do fundo e duas vezes a área das faces laterais.
- C) para lajes, duas vezes a área do fundo e das abas laterais.
- D) para escadas, a soma da área do fundo com a área do piso e do espelho dos batentes.

63. Para o cálculo das despesas indiretas em um processo de orçamentação, são incluídos basicamente três itens em sua composição, entre os quais estão as taxas com despesas de administração central. Dentro destas despesas estão os gastos com alguns profissionais, incluindo seus encargos sociais. Neste caso, incluem-se os seguintes profissionais:

- A) operador de grua, orçamentista, vigia e serventes.
- B) estagiário, operador de grua, betoneiro e comprador.
- C) engenheiro gerente, técnico de edificações, estagiário e vigia.
- D) técnico de edificações, diretores, operador de grua e zelador.

64. O elemento da construção que serve como preparação das superfícies de paredes e tetos para receber outros revestimentos em substituição à pintura, como papéis de parede, cerâmica e outros, é denominado

- A) chapisco.
- B) dry-wall.
- C) reboco.
- D) emboço.

65. O preço de venda de um empreendimento que tem custo direto de R\$ 5.650.000,00 e BDI (benefícios e despesas indiretas) de 25% é

- A) R\$ 5.650.000,00.
- B) R\$ 9.887.500,00.
- C) R\$ 7.062.500,00.
- D) R\$ 8.475.000,00.

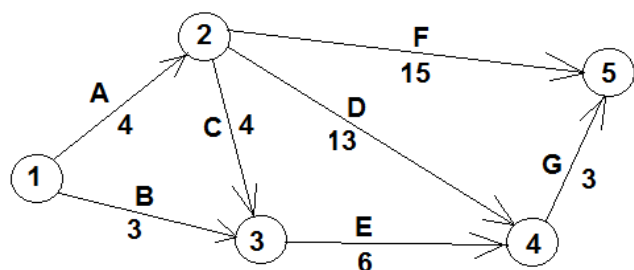
66. Em um processo de planejamento e controle da produção, tem-se um plano que serve como base para o estabelecimento de contratos, fornecendo um padrão de comparação no qual o desempenho do empreendimento pode ser monitorado. Poucos construtores se aventuram a iniciar a obra sem preparar esse plano, mesmo que a preparação ocorra de maneira informal. Esse plano é denominado planejamento de

- A) longo prazo.
- B) nível superior.
- C) médio prazo.
- D) prazo geral.

67. Em uma obra de construção, o projeto é exposto nas plantas construtivas. A execução obedecerá a essas plantas e à (ao)

- A) experiência normativa da construtora.
- B) memorial descritivo.
- C) prática corrente do mestre de obras.
- D) orçamento sintético e ao analítico.

68. Um pequeno projeto é mostrado, na figura abaixo, em uma rede PERT/COM. Este projeto consta de 5 eventos (números dentro dos círculos) e de 7 atividades representadas em letras. Os numerais próximos às letras indicam o tempo, em semanas, decorrido para que cada atividade seja executada.

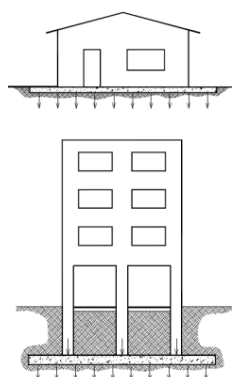


Sabendo-se que o evento 1 tem início no instante 0 (início do projeto) e que o final do projeto ocorre no evento 5, pode-se afirmar corretamente que o número de semanas correspondente à duração total deste projeto é

- A) 12.
- B) 20.
- C) 19.
- D) 17.

69. Quando todas as paredes ou todos os pilares de uma edificação transmitem as cargas ao solo (figura abaixo), através de uma única sapata cujos elementos são contínuos e podem ser executados em concreto armado, protendido ou em concreto reforçado com fibras de aço, tem-se o que se denomina uma fundação em

- A) sapata corrida.
- B) baldrame plano.
- C) radier.
- D) sapata isolada.



70. Diversas vezes é necessário tomar algumas providências durante a execução da obra. Uma das decisões que acontecem é relativa ao consumo de cimento antes da concretagem. Sabendo-se que um concreto dosado, sem ar incorporado, consome 170 litros de água a cada metro cúbico de concreto e tem relação água cimento de 0,68, pode-se afirmar corretamente que o número de sacos de cimento que esse concreto consome é

- A) 5.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

OBRAS RODOVIÁRIAS

71. Em um terreno onde será construída uma rodovia, foi realizada uma sondagem SPT (Standard Penetration Test). Identificou-se, através das amostras de solo coletadas pelo equipamento, que na faixa entre 2 e 5 m de profundidade do solo havia uma argila siltosa. Como o número N médio do SPT dessa camada de solo foi 8, pode-se afirmar corretamente que a consistência dessa argila é

- A) mole.
- B) dura.
- C) rija.
- D) média.

72. Na escolha do local em que passará uma estrada, deve-se analisar todos os fatores que possam influenciar no custo ou nas características do projeto. Sobre os fatores que podem influenciar na escolha do local da estrada, é correto afirmar-se que

- A) a hidrologia é um fator importante para que se possa identificar e evitar os períodos de chuva durante a construção da rodovia.
- B) a topografia é o fator preponderante, devido ao fato de a movimentação de terra ter uma parcela significativa no custo total da construção da estrada.
- C) a topografia não é um fator importante, pois a estrada deve se adaptar às declividades naturais do terreno.
- D) analisando a hidrologia da região, deve-se traçar a estrada, buscando travessias de rios e córregos, para que se tenha um maior número de obras civis.

73. Segundo o DNIT (031/2004 – ES), para o uso em misturas asfálticas, os agregados são classificados quanto ao tamanho em:

- A) grande, médio e pequeno.
- B) graúdo, médio e fino.
- C) grande, médio e material de enchimento.
- D) graúdo, miúdo e material de enchimento.

74. De acordo com o glossário do sistema eletrônico de medição do DNIT, CBUQ Faixa “C” significa concreto betuminoso usinado a quente, com faixa de granulometria

- A) fechada “C”.
- B) bem distribuída “C”.
- C) aberta “C”.
- D) fracionada “C”.

75. A seleção de agregados para utilização em revestimentos asfálticos depende de sua disponibilidade, custo e qualidade, bem como do tipo de aplicação. Segundo Roberts et al. (1996), são as propriedades físicas dos agregados que determinam, principalmente, a adequação para o uso em misturas asfálticas e, em menor extensão, as propriedades químicas. São propriedades físicas e mecânicas básicas dos agregados:

- A) resistência, dureza e índice de vazios.
- B) dureza, porosidade e peso específico.
- C) resistência, porosidade e densidade.
- D) dureza, índice de vazios e peso específico.

76. Com o intuito de otimizar e proporcionar total transparência ao processo de medição e pagamento dos serviços de engenharia executados pelas empresas contratadas pela autarquia, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT criou um sistema eletrônico denominado

- A) SEM – Sistema Eletrônico de Medição.
- B) GEM – Gestor Eletrônico de Medição.
- C) DEM – Demonstrativo Eletrônico de Medição.
- D) BEM – Boletim Eletrônico de Medição.

77. De acordo com o Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR), no Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controles Ambientais – Publicação 711, durante a execução da terraplanagem, é indicado se realizar:

- A) controle do carregamento do veículo, aspersão dos trechos poeirentos e controle da emissão de ruídos.
- B) remoção da camada de lama, aspersão de água nos trechos poeirentos e controle da velocidade em trechos com movimento de público.
- C) remoção da camada de lama, retirada da vegetação ao longo das vias e execução de taludes.
- D) controle do carregamento do veículo, alargamento dos aterros e construção de plataformas contínuas nas estradas.

78. O ensaio realizado em misturas asfálticas, aplicando-se uma carga repetidamente no plano diametral vertical de um corpo-de-prova cilíndrico regular tem como objetivo determinar a (o)

- A) módulo de resiliência.
- B) resistência à tração estática.
- C) estabilidade Marshall.
- D) módulo complexo.

79. O defeito no pavimento asfáltico, caracterizado pelo surgimento de ligante em abundância na sua superfície, como manchas escuras, é denominado

- A) corrugação.
- B) exsudação.
- C) desagregação.
- D) panela ou buraco.

80. Em obras rodoviárias, a distância crítica para as movimentações de terra, para a qual o custo da compensação longitudinal é igual ao custo do bota-fora mais o custo do empréstimo é denominada distância

- A) material de transportes.
- B) recomendada de transportes.
- C) econômica de transportes.
- D) comercial de transportes.

OBRAS HÍDRICAS

81. A barragem subterrânea consiste em construir um septo – *cut off* – no depósito aluvial de um rio ou riacho com a finalidade de impedir que a água, nele acumulada, continue a escoar durante o período de estiagem. Como resultado, tem-se, à montante, um substrato úmido para cultivo e suporte para o consumo. (OLIVEIRA, 2001)

Levando em consideração os critérios básicos para a locação de uma barragem subterrânea, é correto afirmar-se que

- A) o depósito aluvial deve possuir, na “calha viva” do curso (rio ou riacho), pelo menos 2,5 m de espessura para justificar a sua implementação.
- B) para diminuir os custos com escavação, a área de acumulação do depósito aluvial deve ser a mais estreita possível, porém, o local a ser barrado deve ser largo.
- C) o aluvião deverá ser de constituição predominantemente arenosa, podendo conter alguma mistura com material fino (silte ou argila).
- D) o barramento deve ser feito em um trecho do rio ou riacho que disponha de pelo menos 2,0 km de extensão à jusante, com aluviões.

82. A execução de um projeto portuário tem que levar em conta as condições naturais, como mar, marés e do terreno, não desprezando o regime de ventos e condições climáticas. A combinação destes fatores com o tipo de utilização a ser dada à estrutura portuária irão condicionar, determinadamente, as características e a morfologia da obra. Acerca desses aspectos, são feitas as seguintes afirmações:

- I. O local escolhido pode oferecer boas condições de abrigo e proteção à ação do mar, ou, por outro lado, exigir obras especiais de defesa.
- II. As condições ideais de localização correspondem sempre à possibilidade de ser encontrada uma bacia aberta e pouca profundidade de água para permitir o acesso dos navios ou embarcações.
- III. Na impossibilidade de serem encontradas condições adequadas para implantação de obras costeiras, podemos recorrer às chamadas instalações *offshore*.

É correto o que se afirma em

- A) I e III apenas.
- B) I, II e III.
- C) I e II apenas.
- D) II e III apenas.

83. A linha de carga (LC) referente a uma canalização é o lugar geométrico dos pontos representativos das somas das três cargas: de posição, de pressão e de velocidade. A linha piezométrica (LP) corresponde às alturas a que o líquido subiria em piezômetros colocados ao longo da canalização; é a linha das pressões.

De acordo com as propriedades da LC e da LP, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Conforme a velocidade vai tendendo a zero, a LP e a LC se aproximam uma da outra.
- B) A LC e a LP inclinam-se para baixo na direção do escoamento devido ao ganho de carga distribuída no tubo. Quanto maior é a perda por unidade de comprimento, menor é a inclinação.
- C) Uma mudança súbita ocorre na LP e na LE sempre que ocorre uma perda devido a uma mudança súbita de geometria, ou perda de carga localizada.
- D) Ocorre um salto na LE e na LP quando energia útil é adicionada ao fluido, como acontece com uma bomba, e uma queda ocorre se energia útil é extraída do escoamento, como ocorre com uma turbina.

84. Quanto ao levantamento topográfico, à declividade e aos estudos geotécnicos para a execução de projetos de bueiros, assinale com V a afirmação verdadeira e com F, a falsa.

- () O projeto terá que ser precedido de um levantamento topográfico adequado, com curvas de nível de metro em metro para permitir seu detalhamento.
- () Ao ser escolhida a posição do bueiro, deve ser levada em conta a condição de que, normalmente, a declividade de seu corpo deve variar entre 5% e 10%.
- () Quando a velocidade do escoamento na boca de montante for superior à recomendada para a natureza do terreno natural existente, devem ser previstas bacias de amortecimento.
- () Os estudos geotécnicos devem ser feitos através de sondagens, se necessário, para avaliação da capacidade de suporte do terreno natural.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, V, F, F.
- B) F, V, V, V.
- C) V, F, F, V.
- D) F, F, V, F.

85. No tratamento complementar de efluentes secundários, comumente se empregam duas lagoas em série, com profundidade entre 1,0 m e 1,5 m, com a função de melhorar a qualidade do efluente tratado e de possibilitar maior eficiência na remoção de organismos patogênicos.

As lagoas mencionadas nessa descrição do tratamento de esgotos sanitários são denominadas lagoas

- A) facultativas.
- B) anaeróbias.
- C) de aerada.
- D) de maturação.

86. A licença de obras hídricas é uma autorização expedida pela SRH (Secretaria dos Recursos Hídricos) ao interessado em executar qualquer obra ou serviço de interferência hídrica, que possa influenciar o regime hídrico de um determinado curso d'água ou de um aquífero.

Assinale a opção que contém exemplo de obra isenta da licença para execução.

- A) dique de proteção ou recondução de leito de rio
- B) obra de travessias de cursos d'água
- C) transposição de vazão inferior a 2.000 L/h
- D) barragem de nível ou derivação

87. Durante a compactação de um maciço de uma barragem, foram realizados ensaios do frasco de areia. O objetivo desse ensaio é determinar o (a)

- A) limite de liquidez e de plasticidade do solo.
- B) granulometria do solo.
- C) grau de saturação do solo.
- D) massa específica aparente do solo.

88. Sobre as turbinas hidráulicas utilizadas nas hidrelétricas, julgue os itens a seguir, e assinale com V a afirmação verdadeira e com F, a falsa.

- () A turbina de reação é aquela em que o trabalho mecânico é obtido pela transformação da energia cinética e de pressão da água, em escoamento através das partes gigantes.
- () A turbina de ação transforma somente a energia cinética da água.
- () As turbinas Francis de hélice são do tipo de ação.
- () As turbinas Pelton são do tipo de reação.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, F, F, V.
- B) V, V, F, F.
- C) F, V, V, V.
- D) F, F, V, F.

89. Normalmente, as obras de macrodrenagem são retificações e/ou ampliações das seções de canais naturais, construções de canais artificiais ou galerias, podendo ser ainda, estruturas auxiliares para controle e proteção de erosões e assoreamento. Os critérios adotados nos projetos de canais são:

- A) desempenho e impactos ambientais, diretrizes geométricas e porosidade das peças.
- B) vazão de projeto, diretrizes geométricas, desempenho e impactos ambientais.
- C) vazão de projeto, diretrizes geométricas e resistência estrutural.
- D) desempenho e impactos ambientais, resistência estrutural e porosidade das peças.

90. Considere um tabuleiro de 0,4 hectares de área, irrigado por inundação. Sabendo-se que a velocidade de infiltração básica do solo no local tem o valor de 2,1 cm/h, a vazão de entrada necessária para esse tabuleiro, em m³/h, é

- A) 680.
- B) 0,0068.
- C) 6,8.
- D) 68.

ENGENHARIA AMBIENTAL, LEGAL, DE AVALIAÇÕES E PLANEJAMENTO

91. De acordo com as resoluções do CONAMA, ficam sujeitas a procedimentos simplificados de licenciamento ambiental as unidades de transporte e de tratamento de esgoto sanitário, separada ou conjuntamente, de pequeno e médio porte. Estes procedimentos simplificados não se aplicam aos empreendimentos situados em áreas declaradas pelo órgão competente como

- A) sem utilidade ambiental.
- B) ambientalmente sensíveis.
- C) impactantes básicos.
- D) pouco vulneráveis.

92. Conforme a NR 18 que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, a empresa de construção civil é obrigada a comunicar à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades da obra, algumas informações, entre as quais estão:

- A) endereço da empresa construtora, número máximo de trabalhadores e nome do engenheiro.
- B) endereço do canteiro da obra, tipo de obra e datas previstas para seu início e conclusão.
- C) tipo de obra, quantidade de pavimentos e número máximo previsto de trabalhadores.
- D) endereço do canteiro de obra, experiência da construtora e tipo de construção.

93. A tabela abaixo mostra os valores utilizados para composição de custos do serviço da armação de ferragens em um determinado serviço de orçamentação.

Insumo	Unidade	Índice	Custo unitário
Armador	h	0,1	R\$ 8,00
Ajudante	h	0,1	R\$ 4,00
Aço CA-50	kg	1,2	R\$ 3,00
Arame recozido-18	kg	0,03	R\$ 5,00

Considerando-se o percentual de encargos sociais igual a 125% e o BDI de 40%, pode-se afirmar corretamente que o custo unitário da composição deste serviço é igual a

- A) R\$ 1,20.
- B) R\$ 1,50.
- C) R\$ 4,80.
- D) R\$ 2,10.

94. O profissional de engenharia que empresta seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços, sem sua real participação nos trabalhos delas está

- A) exercendo legalmente a profissão de engenheiro.
- B) praticando parcialmente a profissão de engenheiro.
- C) buscando legalizar sua atividade na profissão de engenheiro.
- D) exercendo ilegalmente a profissão de engenheiro.

95. Um empreendimento imobiliário, ao longo de sua existência, deve gerar trabalho, aprimoramento técnico, desenvolvimento tecnológico e promover benefícios sociais. Quando se observa a vida de um empreendimento imobiliário, verificam-se três fases distintas. Assinale a opção que apresenta corretamente essas três fases que ocorrem ao longo da existência de um empreendimento imobiliário, em sequência cronológica.

- A) Gerenciamento integrado, gestão e marketing da construção do empreendimento.
- B) Gerenciamento integrado, comercialização e marketing da execução do empreendimento.
- C) Estudo de viabilidade, gestão e administração posterior à construção do empreendimento.
- D) Estudo de viabilidade, gerenciamento integrado e comercialização do empreendimento.

96. Na estrutura analítica de partição de um projeto, o nível de partição em que se caracterizam os tipos e as quantidades de serviços gerenciais para fins de planejamento, de programação e de controle, com horizonte de duração facilmente discernível e que, preferencialmente, representa uma parte ou um componente acabado do projeto ou da obra após a sua execução é denominado

- A) sistema de execução.
- B) área física de horas.
- C) setorial de serviços.
- D) pacote de trabalho.

97. Tratando de discriminação orçamentária, em seu Anexo B, a ABNT NBR 12721 (2011) classifica e discrimina os serviços que podem ocorrer na construção de uma edificação. Com base nesse Anexo B, pode-se afirmar corretamente que os itens incluídos como serviços preliminares são:

- A) demolições, tapumes e carcas, placa da obra, despesas legais, licenças, taxas, registros, seguros, orçamentos e cronogramas.
- B) consultorias técnicas, levantamento topográfico, estudos geotécnicos, fotografias, registros, seguros e fiscalização.
- C) demolições, cópias e plotagens, despesas legais, licenças, taxas, registros, seguros e assessoria contábil e jurídica.
- D) levantamento topográfico, tapumes e carcas, placa da obra, locação da obra, registros, seguros e assessoria contábil e jurídica.

98. O custo da construção por m² do projeto padrão considerado, de cada um dos padrões de imóvel estabelecido, calculado de acordo com a metodologia descrita pelos sindicatos da indústria da construção civil dos estados da federação e que serve como base para avaliação de parte dos custos de construção das edificações é identificado pela sigla CUB, que significa

- A) centro unitário básico.
- B) centro único brasileiro.
- C) custo único brasileiro.
- D) custo unitário básico.

99. A vistoria difere substancialmente da perícia, na medida em que a vistoria visa à constatação de um fato ou situação, sem investigar a causa que o motivou, enquanto a perícia

- A) investiga as ações prévias de um fato, mesmo sem ter certeza das causas que o geraram.
- B) objetiva a apuração das causas que motivaram determinado evento ou da asserção de direitos.
- C) procura compreender a constatação do fato, sem ainda se preocupar com as causas do evento.
- D) realiza um levantamento especulativo das causas que originaram o fato e prevê agravantes.

100. Constitui a maneira mais detalhada e precisa de se prever o custo da obra e vale-se de uma composição de custos unitários para cada serviço da obra, levando em consideração quanto de mão de obra, material e equipamento é gasto em sua execução. Esta definição refere-se ao orçamento

- A) sintético.
- B) detalhado.
- C) de previsão real.
- D) analítico.